



## Senado aprova minirreforma eleitoral, que segue à Câmara



Moreira Nitz/Agência Senado

Para terem validade nas eleições de 2014, as mudanças precisam ser aprovadas pelos deputados e sancionadas até 5 de outubro, alterando a Lei Eleitoral e a dos Partidos

Segundo o autor do projeto, Romero Jucá, as mudanças buscam reduzir os gastos de campanha, dar transparência ao processo e igualdade de condições aos candidatos. A proposta limitou o número de cabos eleitorais, mas manteve a propaganda eleitoral

gratuita no rádio e na TV pelo período de 45 dias anteriores à antevéspera das eleições. “Agora é uma minirreforma, mas ainda defendo que a verdadeira reforma política seja submetida à sociedade através de plebiscito”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. **3**

Senadores manifestam voto favorável a mudanças na Lei Eleitoral que visam reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas

Comissões acompanharão programas de governo **2**

Alteração em medida provisória gera debate **6**

Tomaz Silva/ABR



Reportagens acompanharam as mudanças na forma de participação, caso das manifestações organizadas pelas redes sociais

### Especial Cidadania: 10 anos de informação e serviço

Em setembro de 2003 foi publicada a primeira das 445 edições do *Especial Cidadania*, seção do **Jornal do Senado** que

esclarece garantias e responsabilidades da população a partir de reportagens semanais sobre assuntos de interesse coletivo. **4 e 5**



Jane de Araújo/Agência Senado

Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros e José Sarney durante homenagem

### Interligação energética marca os 70 anos do Amapá

Na sessão especial que comemorou ontem os 70 anos da criação do território federal do Amapá, José Sarney saudou a chegada

a Macapá do Linhão de Tucuruí, que integra os estados do Norte ao sistema interligado nacional de energia elétrica. **8**

Aeroportos atenderão eventos, diz Infraero **8**

Governo cede a pressões sobre educação de deficientes **7**



## MULHER, TOME PARTIDO.

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

# Senado cria sistema para avaliar políticas públicas

Projeto de resolução de Renan Calheiros foi o primeiro item aprovado em Plenário na semana de esforço concentrado e estabelece que comissões acompanhem um programa do Executivo por ano

NO PRIMEIRO DIA do esforço concentrado, o Plenário aprovou ontem o projeto de resolução (PRS 66/2013) do presidente do Senado, Renan Calheiros, que altera o Regimento Interno para estabelecer procedimento de avaliação permanente de políticas públicas. O projeto vai agora à promulgação.

A medida permitirá ao Senado estudar as grandes políticas públicas de forma agregada, em uma visão sistêmica capaz de considerar todos os efeitos sobre a sociedade e a Federação.

Para aproveitar os recursos humanos e materiais de que o Senado dispõe, a sistemática de avaliação será iniciada de forma gradual, o que permitirá o desenvolvimento de atividades de capacitação eventualmente necessárias e o estabelecimento de padrões adequados ao processo.

Durante a discussão da matéria, Renan destacou a importância da ampliação do papel fiscalizador do Senado. Ele argumentou que, atualmente, cresce a exigência de que setores representativos da sociedade, sobretudo o Congresso Nacional, se aparelhem para acompanhar com acuidade cada vez maior o ciclo das principais políticas públicas



Entre Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Valadares, Renan Calheiros preside sessão

voltadas para a melhoria da realidade socioeconômica das pessoas.

— Cada comissão permanente elegerá uma política pública por ano para fazer a sua avaliação, com a participação do Tribunal de Contas da União e da Consultoria do Senado. Vamos qualificar cada vez mais os trabalhos do Senado — disse Renan.

De acordo com o projeto, a escolha de cada comissão acontecerá até o último dia útil do mês de março de cada ano. Para proceder à avaliação, que se estenderá aos impactos das políticas públicas e às atividades-meio de suporte para a execução, poderão ser solicitadas informações, dados e documentos a órgãos do Poder Executivo, Tribunal de Contas da União (TCU) e

entidades da sociedade civil. As Consultorias Legislativa e de Orçamentos da Casa poderão elaborar estudos e relatórios com o objetivo de subsidiar o trabalho. No final do ano, a comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação.

## Colaboração entre órgãos deve facilitar trabalho

O diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro estudam a colaboração entre os órgãos para qualificar servidores envolvidos na avaliação e desenvolver ferramentas tecnológicas.

## Consulta pública de proposta de Código Comercial é antecipada

A comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto do novo Código Comercial aprovou ontem a minuta do texto que será disponibilizado para consulta pública já amanhã, no Portal e-Cidadania do Senado. Os cidadãos terão 30 dias para apresentar sugestões.

As propostas da sociedade serão debatidas pelas subcomissões temáticas que integram o colegiado. O anteprojeto consolidado deve ser entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no dia 18 de novembro. Uma vez finalizado o texto, o presidente deve iniciar a tramitação da proposta, apresentando-a como um projeto de lei do Senado.

Além da antecipação da consulta pública — que estava prevista, inicialmente, para o próximo dia 30 —, a comissão decidiu promover uma solenidade para a entrega do anteprojeto a Renan, seguida de um seminário sobre o tema. A comissão também organizará seminários em diversas partes do país. A comissão terá três reuniões após a consulta pública para adequar as sugestões aprovadas pelas subcomissões ao texto final.

No fim da reunião, o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, parabenizou os membros pela rapidez com que o trabalho foi feito.



Lin de Paula/Agência Senado

## Projeto impede saque de recursos de convênios

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) examina hoje projeto de Lobão Filho (PMDB-MA) que objetiva reforçar o controle e a fiscalização sobre a utilização de recursos liberados pela administração pública federal por meio de convênios. Entre outras medidas, a proposta (PLS 226/2013) proíbe o saque de dinheiro em espécie “na boca do caixa”, um problema recorrente na utilização dos recursos federais repassados aos demais entes federativos, na opinião do autor.

De acordo com o projeto, o dinheiro dos convênios, acordos ou qualquer outro tipo de instrumento firmado pela União com os demais entes federados será depositado, mantido e movimentado por meio de contas bancárias específicas e individuais, para cada um dos termos do acordo, sem permissão para transferência para outra conta. Somente poderá ser descontado para pagamentos por meio de cheques administrativos, ordens de pagamento ou outro meio que permita controle e acompanhamento.

Para Lobão Filho, o saque em espécie genericamente em nome de entidade civil de direito público cria obstáculo para o controle da aplicação dos recursos.



Zeca Ribeiro/CD

## Ana Rita lembra golpe no Chile e cobra revisão da Lei da Anistia

Ana Rita (PT-ES) lembrou ontem os 40 anos do golpe militar no Chile e a morte do presidente Salvador Allende, a quem classificou como um dos maiores ícones da esquerda latino-americana. Lembrando a violência do regime liderado pelo general Augusto Pinochet, a parlamentar cobrou a alteração da Lei da Anistia no Brasil, de modo a punir

agentes públicos que tenham praticado tortura.

— A não punição desses crimes da ditadura abriu precedentes para a impunidade na democracia. No Brasil, agentes do Estado continuaram praticando a tortura, não mais contra os inimigos políticos do regime, mas principalmente contra os pobres e os negros moradores das periferias — afirmou.

## Paim apresenta voto de pesar pela morte de Luiz Gushiken

Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem em Plenário requerimento para voto de pesar pela morte do ex-ministro e ex-deputado Luiz Gushiken. O senador lamentou a

morte do colega de partido e disse que Gushiken era um “querido amigo”. Gushiken morreu aos 63 anos, na sexta-feira, em São Paulo, vítima de câncer de estômago.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Carreira de auditor fiscal

14h Na sessão deliberativa, deve ser votada a proposta de emenda constitucional que obriga estados e municípios a terem carreira de auditor fiscal.

### PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h30 Recebe o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos de Alagoas; às 15h, instalação da Comissão Senado do Futuro e reunião do PMDB; às 15h30, recebe ministros do STJ; às 16h, ordem do dia; às 17h, posse do procurador-geral da República; às 19h30, sessão do Congresso.

### CCT Digitalização radiofônica

8h15 Audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática debate tecnologia de digitalização do sistema radiofônico brasileiro.

### CMA Defesa do consumidor

8h30 Examina texto que altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar uso de sistemas de cobrança que confinem o consumidor em locais fechados.

### CMMC Mudanças climáticas

8h30 Por iniciativa das Comissões sobre Mudanças Climáticas e de Meio Ambiente do Senado e da Câmara, seminário Clima em Debate discute legislação do setor.

### CAE Fundo para doenças raras

10h Projetos que criam áreas de livre em Mato Grosso do Sul e o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras.

### CE Exercício social da medicina

11h Na pauta, projeto que prevê que médicos cuja formação foi custeada por recursos públicos prestem serviços aos SUS durante dois anos.

### CPI DA ESPIONAGEM/CAE/CRE Debate

11h30 Audiência da CPI da Espionagem com as Comissões de Assuntos Econômicos e Relações Exteriores sobre denúncias de monitoramento da Petrobras pelos EUA.

### MAIS MÉDICOS Audiência pública

14h30 A comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP 621/2013, que instituiu o Mais Médicos, promove audiência com especialistas.

### CMO Lei orçamentária para 2014

14h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa o relatório final ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, entre outros itens.

### SENADO DO FUTURO Nova comissão

15h Reunião de instalação da Comissão Senado do Futuro, de iniciativa da Presidência da Casa.

### CDH Para entender o Orçamento

15h A comissão recebe grupo de alunos que terá aula sobre como funcionam o Senado e o Orçamento da União.

### CONGRESSO Vetos presidenciais

19h Sessão do Congresso para exame de vetos presidenciais. Entre eles, o que extingue multa rescisória de 10% sobre o FGTS.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Contratação de cabos eleitorais continua, mas ganha limites: 1% do eleitorado nos municípios com até 30 mil eleitores e uma pessoa a mais para cada mil nos mais populosos

# Minirreforma eleitoral segue para a Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem a minirreforma eleitoral (substitutivo ao PLS 441/2012), que segue para a Câmara. Para que as mudanças valham em 2014, o projeto tem de ser sancionado até 5 de outubro, alterando a Lei Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o principal objetivo é o barateamento das campanhas no Brasil, que estão entre as mais caras do mundo.

— Em 2009 o Senado protagonizou uma minirreforma proibindo brindes e showmícios. Precisamos avançar nessa direção. Agora é uma minirreforma, mas ainda defendo que a verdadeira reforma política seja submetida à sociedade através de plebiscito — disse. O autor do texto, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou o entendimento na maior parte do que foi aprovado.

— Fizemos um consenso de mais de 90% da matéria. Há regras de redução de gastos, democratização de campanha e redução do abuso do poder econômico — afirmou.

Apesar das reclamações de vários senadores, o texto mantém a possibilidade de contratação de cabos eleitorais, com limites: 1% do eleitorado para os municípios de até 30 mil eleitores. Nos municípios com mais de 30 mil eleitores,



Relator da proposta, Raupp (E) observa Jucá (D), o autor do texto original, dialogar com senadores em Plenário

será possível contratar mais uma pessoa para cada mil eleitores que excederem os 30 mil.

Humberto Costa (PT-PE), Mário Couto (PSDB-PA), Pedro Taques (PDT-MT), Wellington Dias (PT-PI), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defenderam a proibição total.

Gastos com alimentação para quem presta serviços ficam limitados a 10% do total do orçamento da campanha. Já o gasto com aluguel de veículos fica limitado a 20%. Enquetes informais ficam proibidas.

A proibição de propaganda eleitoral em faixas, placas, cartazes teve boa aceitação, mas a extensão a bens particulares gerou controvérsia. O meio termo foi aproveitar sugestão de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para

permitir a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e de bandeiras em vias públicas, desde que sejam móveis e não dificultem o trânsito de pessoas e veículos.

O projeto também vetou o “envelopamento” de carros, reduzindo a dimensão dos adesivos para 50 centímetros por 40 centímetros. O texto limita decibéis dos carros de som das campanhas. Só o partido do candidato será punido em caso de transgressão de regras, e não mais toda a coligação.

## Fundo Partidário

Uma das 17 emendas acatadas pelo relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), estabelece que 15% do Fundo Partidário serão destinados à sede de institutos ou fundações partidárias e

85% a atividades nos estados.

O texto determina que a campanha comece em 7 de julho, em vez de 5 de julho, e que as convenções sejam entre 12 e 30 de junho do ano das eleições. O relator incluiu a exigência de publicação da ata da convenção em qualquer meio de comunicação no prazo máximo de 24 horas, para evitar fraudes.

Quanto à propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV, protestos de senadores governistas e opositores levaram Raupp a reconsiderar o encurtamento de 15 dias. Ficou mantida a veiculação nos 45 dias anteriores à antevéspera das eleições.

Emendas de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) reduziram de 12 para 6 horas o prazo para envio às emissoras de áudio e vídeo produzido pelos partidos.

Também abriram a possibilidade de a remessa ocorrer em fins de semana e feriados e liberaram o uso de imagens externas. Outra inovação é o envio de inserções de rádio por meio eletrônico.

Deixam de ser consideradas propaganda antecipada a discussão de políticas públicas em eventos partidários, as prévias pelas redes sociais e a opinião pessoal sobre questões políticas na internet. Por sugestão de Aécio Neves (PSDB-MG), Jucá acrescentou uma ressalva: o autor das declarações deverá responder civil e criminalmente por eventuais ofensas e agressões e a Justiça Eleitoral poderá determinar a retirada do comentário da internet.

Concessionárias de serviços públicos continuam proibidas de fazer doações, mas empresas que integrem consórcios poderão fazê-las.

No semestre da eleição, os partidos continuarão recebendo repasses do Fundo Partidário, mesmo com desaprovção da prestação de contas. Quando terminar o semestre, a suspensão vale novamente.

Fica proibido usar o fundo para pagar multas por irregularidades na propaganda. Autora da emenda, Ana Rita (PT-ES) argumentou que o fundo foi concebido para fortalecer os partidos políticos.

## Doação de empresas e sigilo de doador são mantidos no texto

O Plenário rejeitou as emendas de Randolfe Rodrigues que proibiam a doação de empresas a campanhas eleitorais.

O senador disse que esse é o núcleo do que seria uma “verdadeira reforma”, porque é nessas doações que se encontra “o núcleo da corrupção”. Para ele, a proibição seria uma oportunidade de mudar a “minirreforma para algo grande”. Randolfe lembrou

que, nas últimas eleições, mais da metade das doações foram feitas por empreiteiras.

— É claro que a maioria dessas doações não foi despreziosa — criticou.

Wellington Dias, também favorável à proibição, defendeu o financiamento público de campanhas.

Por sua vez, Aloysio Nunes Ferreira disse que a proibição não seria novidade, pois já

existiu durante o regime militar. Ele lembrou que foi na época da CPI de PC Farias, em 1992, que o Congresso decidiu pela legalidade das doações. A proibição, disse, era letra morta, pois havia “contribuição clandestina”. O senador disse que ele próprio já recebeu doações de empresas, sem nunca prestar favor em troca.

Eunício Oliveira (PMDB-CE),

contrário às emendas, disse que com a permissão a campanha fica mais transparente.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), o ideal seria acabar com o financiamento privado por empresas, mas como não há consenso, que pelo menos o nome dos doadores seja divulgado.

— É um absurdo a preservação, sob qualquer pretexto, do sigilo do nome dos doadores.

Não agridamos a opinião pública escondendo, durante o período eleitoral, os doadores de campanha — disse Requião.

PT e PSOL defenderam emenda de Eduardo Suplicy (PT-SP) rejeitada ontem e que previa a divulgação do nome dos doadores ainda durante a campanha. Para Pedro Taques, a iniciativa representava a “vedação de mascarados” nas doações.

### Suplicy defende prestação de contas na internet

Em pronunciamento em Plenário ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a pedir a aprovação de emenda de autoria dele e de Pedro Taques (PDT-MT), apresentada ao substitutivo do projeto de minirreforma eleitoral, que institui a prestação de contas das campanhas pela internet. A emenda foi rejeitada ontem à noite.

O senador defendeu limite de contribuições por parte de pessoas físicas nas campanhas eleitorais e criticou o dispositivo que permite a utilização do Fundo Partidário para quitação de multas eleitorais.



Moreira Matiz/Agência Senado

### Pinheiro critica contratação de cabos eleitorais

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu ontem o fim da contratação de cabos eleitorais, previsto na proposta da minirreforma eleitoral. A proibição é um dos pontos polêmicos do projeto e estava prevista em emenda rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que impôs limites, mas não acabou com a contratação.

Para o senador, a contratação de militantes pagos cria anomalias e mancha o processo eleitoral. Ele afirmou que, especialmente em estados menores, os cabos eleitorais podem determinar o resultado de uma eleição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Alvaro pede fim de julgamento do mensalão

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ter esperança de que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), vote contra os embargos infringentes, recursos que permitiriam revisão do julgamento do mensalão. A votação está empatada com 5 votos a favor e 5 contra. A Celso de Mello, decano da Corte, caberá o voto decisivo na sessão de amanhã.

— Seja qual for seu voto, não perderá nosso respeito, mas, certamente, ganhará aplausos de toda a nação se seu voto for pela rejeição desse recurso — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Renan instala Comissão Senado do Futuro

Será instalada hoje a Comissão Senado do Futuro, destinada a discutir com entidades civis e especialistas soluções para melhorar as instituições brasileiras. Na época do lançamento da proposta (PRS 25/2013), o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a comissão deve promover discussões sobre grandes temas, bem como aprimorar a atuação da Casa.

A comissão, formada por dez senadores, será presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC) e terá como relator Cristovam Buarque (PDT-DF).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Seção do **Jornal do Senado** que informa sobre direitos e deveres dos brasileiros começou em setembro de 2003 e vem acompanhando avanços sociais e políticos garantidos por meio de leis aprovadas pelo Congresso e de mudanças na sociedade. A revolução da internet tem favorecido o registro de opiniões e a fiscalização, mas ainda é um desafio para a participação direta

# Cidadania completa uma década nas páginas do Jornal

## Solidariedade motiva ações cidadãos no trabalho voluntário

Marcio Maturana

O **ESPECIAL CIDADANIA**, esta seção do **Jornal do Senado**, está completando dez anos. Foram, até agora, 445 edições sobre saúde, educação, Justiça, direitos do consumidor, meio ambiente e outros assuntos de interesse coletivo e público. As reportagens — que esclarecem conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais — são impressas de maneira a facilitar a separação do restante do jornal para arquivar em coleção e consultar sempre que necessário.

A primeira edição, em 15 de setembro de 2003, apresentou formas de contato com os parlamentares para envio de críticas, sugestões e elogios. De lá para cá, muita coisa mudou — no Jornal, nas leis e até nas formas de contato —, mas os objetivos se mantêm: facilitar a consciência cidadã e estimular a prática democrática, informando direitos e deveres (que



Manifestações nas ruas fazem parte das atividades de cidadania num país democrático e propiciam ampliação de direitos

estão interligados) políticos, civis e sociais. O tema nunca se esgota, porque a cidadania se aprimora ininterruptamente, a cada instante que é praticada. — Nesses dez anos, em dois aspectos a cidadania no Brasil avançou bastante: transparência

e combate à corrupção. Ganhamos a Lei da Ficha Limpa, a Lei Geral de Acesso à Informação, a Lei de Conflito de Interesses e a Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, que pune o corruptor — disse Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do Diap, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Atualmente, a participação dos cidadãos nas instituições que os representam é facilitada pela tecnologia, apesar de esse caminho estar apenas começando. — A revolução nos meios de comunicação, a informática, vem afetando as instituições democráticas e elas têm que se readaptar. O complexo é definir para onde ir. Não há no mundo nenhum país que tenha resolvido, por exemplo, a possibilidade

de participação direta através de um computador — avaliou o consultor legislativo do Senado Fernando Trindade.

Do ponto de vista eleitoral, verificam-se avanços nos mecanismos de fiscalização e controle. Toninho lembra que vários parlamentares e prefeitos foram cassados em função das novas leis.

— A impressão de que a corrupção aumentou deve-se ao fato de que hoje é mais fácil apurar irregularidades. Como as coisas são mais transparentes, vemos com mais facilidade os desvios de conduta. Antes eram mais raras as denúncias — afirmou o analista político.

Na opinião de Toninho, os avanços da cidadania contribuíram para acontecerem as manifestações de rua em junho e julho, devido ao aumento do acesso à leitura e à informação. No entanto, considera que há muito a ser melhorado, porque escolas e meios de comunicação durante longo tempo deixaram em segundo plano a formação política dos cidadãos. Ele aponta como fundamental, por exemplo, uma reforma política que institua mais mecanismos de participação popular.

Em 2005, a Rede Interamericana para a Democracia (RID) lançou o Índice de Participação Cidadã. Entre os oito países analisados — Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, México, Peru e República Dominicana, o Brasil aparece em primeiro lugar na questão de atuação da sociedade civil em questões coletivas, com uma pontuação de 5,1 numa escala de 1 a 10.

## Como participar de enquetes, audiências e sugerir projetos

Na política, a atuação do cidadão não se restringe ao voto. A população pode interagir com críticas, apoios e até apresentação de projetos de leis.

Pelo Portal e-Cidadania, toda pessoa cadastrada pode criar um projeto e receber apoio de internautas. As propostas consideradas constitucionais vão para a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). Outro mecanismo é o Alô Senado, em que os cidadãos respondem a enquetes e participam de audiências.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), ressalta a importância da participação.

— A CDH é a porta de entrada também para sugestões de iniciativa popular, com mecanismos como o Alô Senado e o e-Cidadania. Nas audiências, ao vivo, a sociedade oferece sugestões e faz observações e críticas — disse a senadora.

Há também o Projeto Jovem Senador, quando anualmente 27 alunos — um de cada estado — são selecionados nas escolas estaduais por meio de redação. Por três dias, no Senado, eles podem apresentar propostas, discuti-las e votá-las. As sugestões são encaminhadas à CDH e, se aprovadas, passam a tramitar normalmente.

Na mesma comissão, começa hoje o Projeto Orçamento da Criança e do Adolescente: até 12 de novembro, às terças e quintas-feiras, 240 alunos de ensino médio visitarão o Senado para aprender como acompanhar, influenciar e fiscalizar o orçamento público.

Cumprindo a Resolução 26/2013, o site do Senado está concluindo mecanismo para internautas apoiarem ou discordarem de projetos na Casa. A cada etapa, será atualizado o número de apoios ou rejeições.



Menu deslizante com fotos e ferramenta de busca dão acesso a temas

## Novo site facilita a navegação pelas edições, com fotos

Para celebrar os dez anos do *Especial Cidadania*, o **Jornal do Senado** lança hoje um novo site para a seção ([www12.senado.leg.br/jornal/cidadania](http://www12.senado.leg.br/jornal/cidadania)). Fácil de navegar, a página apresenta reportagens em menu deslizante com fotos, tem lista de edições anteriores e ferramenta de busca integrada. Todas as edições podem ser lidas na íntegra e a atualização é feita nas terças-feiras, quando sai a versão impressa.

### Saiba mais

**Portal e-Cidadania**  
[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

**Alô Senado**  
[www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado)  
ou 0800 612211

**Site do governo sobre cidadania**  
<http://bit.ly/govCidadania>

**Cartilha Noções de Política e Cidadania no Brasil (Diap)**  
<http://bit.ly/cartilhaCidadania>

**Cartilha do Cidadão Consciente (Diap)**  
<http://bit.ly/cartilhaCidadao>

**Índice de Participação Cidadã na América Latina (2005)**  
<http://bit.ly/participacaoCidada>

Veja esta e outras edições do *Especial Cidadania* em [www12.senado.leg.br/jornal/cidadania](http://www12.senado.leg.br/jornal/cidadania)

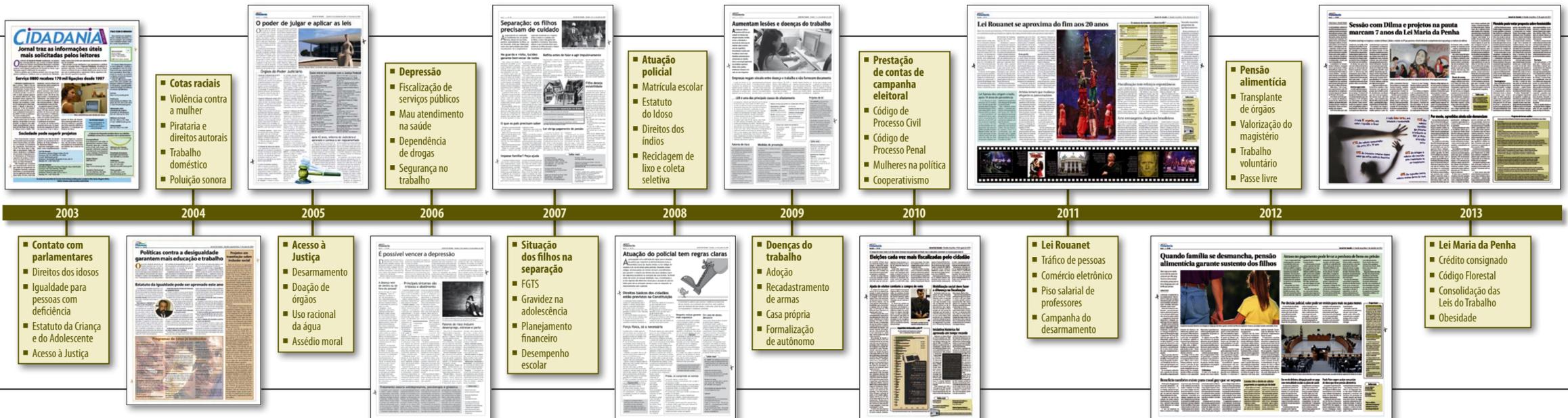


A eleição é um exemplo claro da integração entre direito e dever dos cidadãos



### Avanços ano a ano

Desde que o *Especial Cidadania* foi lançado, o Brasil garantiu algumas conquistas cidadãs em leis e programas nacionais. A seção, às terças-feiras, procura acompanhar o que está sendo discutido no Congresso ou na sociedade, além das leis que estão entrando em vigor — sempre do ponto de vista de serviço ao cidadão. Por exemplo: quando começaram a ser discutidos os royalties do petróleo, em 2010, o *Especial Cidadania* publicou uma reportagem sobre controle social dos recursos públicos, citando o caso da Prefeitura de Rio das Ostras (RJ), que usou a verba dos royalties para colocar porcelanato nas calçadas (gastos de R\$ 12 milhões em 2004). Em Paulínia (SP), informou aquela edição, um grupo de 85 cidadãos conseguiu embargar obra em que o prefeito queria usar o ICMS do petróleo para construir uma proteção de vidro sobre os prédios históricos da cidade (orçamento inicial de R\$ 114,8 milhões, em 2005).



# Emenda da Câmara a MP provoca debate no Senado

Inclusão pela Câmara de regras para entidades esportivas na MP do Programa Minha Casa Melhor gerou protesto de Aloysio Nunes e Cássio Cunha Lima, enquanto Ana Rita pediu pressa na votação

APÓS A APROVAÇÃO da minirreforma eleitoral ontem à noite (leia na página 3), foi lida em Plenário a Medida Provisória (MP) 620/2013, que trata de medidas moralizadoras em entidades esportivas. Com isso, a pauta de votações fica travada. Mas o líder do bloco de apoio ao governo, Wellington Dias (PT-PI), informou que há um entendimento entre os líderes para a votação da MP hoje.

A MP 620/2013 tratava originalmente do Programa Minha Casa Melhor. No entanto, uma emenda na Câmara dos Deputados inseriu assuntos como o fim das reeleições dos dirigentes de entidades esportivas, a gestão profissional, a participação democrática dos atletas nas eleições e a exigência de transparência na administração dessas organizações.

Favorável à MP, Ana Rita (PT-ES) informou que vários

atletas estarão no Senado hoje para acompanhar a possível votação da medida.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) avisou que a oposição é contrária à aprovação da medida. Ele disse que uma proposta de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), já aprovada no Senado e em análise na Câmara dos Deputados, trata do mesmo assunto acrescentado na MP. Segundo Aloysio, a base do governo poderia votar a proposta na Câmara e, assim, evitar a frustração de uma iniciativa parlamentar que já foi aprovada no Senado. Medidas de moralização das entidades esportivas são, na visão de Aloysio, uma matéria estranha à MP.

Wellington Dias reconheceu a importância da proposta de Cássio, mas disse que o Senado não tem controle sobre as matérias que tramitam na Câmara dos Deputados. Dessa forma, argumentou, é melhor

votar a proposta de mais fácil aprovação, que é a medida provisória.

Mário Couto (PSDB-PA) salientou que é autor de um projeto sobre o mesmo assunto. Ele defendeu um entendimento entre as lideranças partidárias para que os projetos correlatos sejam inseridos na MP. O senador acredita que, por ser medida provisória, a matéria terá uma tramitação mais rápida.

Cássio defendeu o projeto de autoria dele, que teria um alcance maior que a MP. Pela proposta do governo, disse, a regra de fim de reeleição fica restrita apenas às entidades que recebem recursos públicos diretos. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), por exemplo, ficaria de fora. O parlamentar criticou a prática do governo de “pegar carona nos projetos da oposição” e o “contrabando de assuntos” em medidas provisórias.



Cristovam lembra que nunca apoiou entrada do PDT no governo federal



Taques propõe mais transparência e controle sobre convênios

## Cristovam e Taques exigem punição a fraudes no Trabalho

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Pedro Taques (PDT-MT) repercutiram ontem em Plenário as Operações Pronto Emprego e Esopo, da Polícia Federal, que revelaram fraudes em convênios celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego e prefeituras e organizações não governamentais para a realização de cursos de treinamento e qualificação profissional.

Os senadores cobraram punição para todos os envolvidos no esquema apontado. De acordo com Cristovam, a PF tem sido boa para apurar irregularidades, mas a Justiça não tem conseguido punir os indivíduos que praticam a corrupção no país.

— A verdade é que nós conseguimos corromper a corrupção, transformando-a em um espetáculo, porque, se a PF tem conseguido apurar, a Justiça não tem conseguido punir — afirmou.

De acordo com o senador, o PDT, que foi criado por Leonel Brizola, virou um “puxadinho do PT” e ficará com uma mancha difícil de ser apagada.

Pedro Taques disse que os envolvidos devem ser investigados e punidos com o rigor da lei, “pertença a que partido for”.

O senador comunicou a apresentação de projeto de lei (PLS 101/2013) que estabelece critérios gerais de controle para a execução de programas de treinamento e qualificação profissional custeados com recursos da União.

Na proposição, Taques sugere que cada curso encomendado a entidades privadas conste em um sistema padronizado na internet, acessível a qualquer pessoa interessada em obter informações a respeito de custo, datas de aulas, alunos e professores.

## Lídice registra evento de combate ao tráfico de pessoas

Em discurso no Plenário ontem, Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a promoção da Semana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, evento patrocinado pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, em parceria com o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Bahia.

As atividades tiveram início ontem e se estendem até o próximo domingo. No dia 23 de setembro, é celebrado o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças. Haverá exibição gratuita de filmes



Lídice: “A Bahia continua integrando rotas do tráfico de pessoas”

sobre o assunto e diversas atividades de conscientização. No domingo, será feita uma caminhada em Salvador com o objetivo de chamar a atenção da sociedade a respeito do problema.



Ana Rita anunciou presença de atletas para acompanhar votação da MP



Cássio protesta: “Grilagem nas propostas da oposição é demais”



Couto acredita que, na forma de MP, tramitação deve ser mais rápida

## Rádios comunitárias poderão ter anúncios

As rádios comunitárias poderão ser beneficiadas pela Lei Rouanet, de incentivo à cultura (Lei 8.313/1991). A medida é prevista em projeto de lei do Senado (PLS 629/2011) que será analisado hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pelo projeto, de Paulo Paim (PT-RS), a única condição para o incentivo é que 80% da programação seja de caráter cultural.

A relatora, Lúcia Vânia

(PSDB-GO), é favorável ao texto, que será votado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

Também será examinado o PLS 524/2007, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), pelo qual as rádios comunitárias poderão transmitir propaganda e publicidade comerciais, desde que restritas aos estabelecimentos das comunidades atendidas. A proposta limita a dez minutos,

diariamente, o tempo de publicidade na programação da emissora comunitária. O relator na CAE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), deu voto favorável ao projeto.

Outro projeto na pauta é o PLS 258/2010, que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Se aprovada, a proposta de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) irá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ministério admite manutenção do financiamento de escolas especiais, mas adverte que elas precisam assumir o atendimento especializado

# Pressionado, MEC propõe novo texto para o Plano Nacional de Educação

A PRESSÃO DAS entidades dedicadas às crianças e jovens com deficiência surtiu efeito: o Ministério da Educação (MEC) anunciou que vai propor uma nova redação para a Meta 4 do Plano Nacional de Educação. As entidades afirmam que, dependendo do texto a ser aprovado, há o risco de que se acabe com o acompanhamento diferenciado oferecido em escolas públicas para alunos com deficiência.

O MEC também informou que a Meta 4 não vai mais definir data para o fim dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial, como é o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). A previsão era de que os repasses fossem encerrados a partir de 2017, o que gerou protestos.

O anúncio de uma nova redação para a Meta 4 foi feito

pela secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, Macaé Maria dos Santos, durante audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O Plano Nacional de Educação tramita na Casa sob a forma de um projeto de lei, o PLC 103/2012, e a controvérsia vem atrasando a aprovação dele.

Apesar das concessões que anunciou, Macaé fez um alerta: disse que, na visão do governo, as instituições privadas filantrópicas e comunitárias “precisam ir se preparando para assumir o atendimento educacional especializado [destinado aos alunos com deficiência]”.

## Contraturno

Um dos críticos à proposta que poderia dar exclusividade à rede pública no atendimento especial foi Wellington Dias (PT-PI), que é pai de uma

adolescente autista. O senador disse que muitos estudantes com deficiência não conseguem adaptar-se às escolas regulares, seja pelas próprias dificuldades ou porque as escolas não estão preparadas para recebê-los.

— Elas podem, inclusive, ficar traumatizadas com a experiência. É comum. Os pais de crianças com deficiência sabem como é esse drama, que eu vivenciei com minha esposa — disse.

Wellington afirmou que, com a redação dada à Meta 4 pela CAE (que ainda não incorporou a nova proposta do MEC), “o que fica para o ensino especializado [direcionado aos alunos com deficiência] é o chamado contraturno; é como se o estudante fosse obrigado a estudar em uma escola regular para ter direito à escola especializada, o que é inaceitável”.

— Como já disse ao ministro

[da Educação], sou o líder do partido da presidente aqui no Senado, mas tenho divergências quanto a esse assunto — frisou Wellington.

## Inclusão

Lurdinha Danezy, coordenadora-geral do Fórum Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência do DF e Entorno (Faped), utilizou argumentos semelhantes aos de Wellington ao defender as escolas especiais. Mãe de um adolescente com síndrome de Down, ela lembrou que há vários tipos de deficiência (que vão da surdez e cegueira, por exemplo, a problemas que prejudicam o desenvolvimento mental) e em variados graus. Para ela, “com o modelo de escola regular atual, as escolas especiais precisam existir, porque as pessoas com deficiências muito severas precisam desse ensino diferenciado”.

— Se acabarmos com as escolas especiais, estaremos condenando muitas pessoas com deficiência a passar o resto de suas vidas dentro de casa. Estaremos excluindo-as do convívio social — ressaltou, acrescentando que “a escola é o ambiente ideal para o desenvolvimento cognitivo e profissional”.

O Plano Nacional de Educação está para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).



Senadora salienta experiência e especialização em saúde da família

## Vanessa relata chegada de 74 médicos estrangeiros

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) desejou boas-vindas aos 74 médicos estrangeiros que chegaram domingo ao Amazonas por meio do Programa Mais Médicos. Ela disse ter esperança de que a população os receba com hospitalidade e afirmou não existir o risco de eles tomarem as vagas dos médicos formados no Brasil.

— Está claro que o Brasil precisa de um número muito maior de médicos do que tem hoje para assistir a população, principalmente aquela que vive nas regiões de mais difícil acesso.

A senadora relatou que os médicos estão sendo treinados para, em seguida, serem distribuídos em 42 municípios e 19 distritos especiais indígenas. Vanessa ressaltou que 20% dos médicos são especializados em saúde da família e têm, em média, 16 anos de experiência.

## Qualificação de beneficiário do Fies na pauta de comissão

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa hoje, em decisão terminativa, projeto que concede incentivos à qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) que não estejam no mercado de trabalho.

A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), sugere que a União estimule convênios com estados e municípios.

O texto (PLS 9/2010) prevê o abatimento de 1% do saldo devedor consolidado por mês de participação em programa de qualificação. Os estudantes poderão receber bolsa de qualificação de R\$ 545 (por 20 horas semanais) ou de R\$ 1.090 (40 horas).

A iniciativa, relatada por Benedito de Lira (PP-AL), prevê que a qualificação profissional contemple atividades estritamente vinculadas aos objetivos do curso superior do beneficiário.



Paim (3º à esq.) preside audiência na CDH que marca o início da Semana Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

## Professor cobra atenção do ministério a surdos

No debate de ontem na CDH, o professor da Universidade de Brasília (UnB) Messias Ramos Costa cobrou do MEC o atendimento a propostas apresentadas pelas pessoas surdas. Uma das reivindicações, disse, é a criação de escolas onde a linguagem de sinais seja a primeira língua na sala de aula e o português, a segunda.

Conforme explicou, a aprendizagem de pessoas surdas fica prejudicada quando as aulas são ministradas em português e isso vai refletir negativamente

em toda a formação dessas pessoas. Costa também disse que as vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos não atendem os surdos devido ao fato de as provas nessas seleções serem em português, em vez de possibilitar avaliações em língua de sinais.

O professor, que é surdo, disse que a porcentagem de vagas nos órgãos públicos para pessoas com deficiência é muito pequena e ainda menos acessíveis para as pessoas surdas.

Durante o debate, Antonio José Ferreira, secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, salientou avanços no atendimento a pessoas com deficiência, mas reconheceu que ainda há bastante a ser feito.

— Muito mais que uma questão de governo, é uma questão de cultura — disse, ao destacar desrespeitos frequentes sofridos pelas pessoas

com deficiência. Para Ferreira, ao lado de políticas públicas, a sociedade precisa reconhecer surdos, cegos e pessoas com deficiências como cidadãos plenos.

Conforme informou, o governo busca o diálogo para atender demandas de classes bilíngues, com o conteúdo sendo oferecido em língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português como segunda, mas mantendo o ingresso em escolas regulares inclusivas.

## Paim celebra semana de luta dos deficientes

Em discurso ontem, Paulo Paim (PT-RS) saudou a Semana Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro).

O senador disse que a data coincide com o início da primavera no Hemisfério Sul:

— A importância desse dia está vinculada ao momento de transformação que a natureza experimenta pela chegada da querida estação primavera. Dessa forma, a data simboliza as mudanças que as pessoas com deficiência ainda esperam. Mais de um quarto dos

brasileiros, segundo dados do IBGE, ainda esperam ver concretizados os principais caminhos que levem à acessibilidade, à inclusão e à emancipação — pontuou.

O parlamentar assinalou que a acessibilidade é um dos itens primordiais para a autonomia

das pessoas com deficiência. Na opinião do senador, as autoridades e a população em geral devem aproveitar a semana para refletir sobre a acessibilidade nos sistemas de informação e comunicação, nas ruas, prédios e demais ambientes.



Gustavo do Vale (2º à esq.) fala à Comissão de Infraestrutura em audiência presidida pelo senador Wilder Moraes (2º à dir.)

## Infraero garante aeroportos operando na Copa de 2014

Em audiência pública na Comissão de Infraestrutura, presidente da empresa citou os grandes eventos já acontecidos como exemplo da boa capacidade operacional dos aeroportos brasileiros

A PROXIMIDADE DE grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, dominou as preocupações dos debatedores na audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI) de ontem, dedicada à modernização dos aeroportos nacionais. O presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Gustavo do Vale, porém, salientou o bom andamento das obras nos aeroportos e rejeitou a ideia de que o setor não está preparado.

— Do ponto de vista operacional, em todos os grandes eventos que o país já teve, não foi na aviação civil que tivemos problemas. Todos os aeroportos funcionaram a contento — afirmou, citando a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e o Rock in Rio.

Ao descrever as obras da Infraero, Gustavo do Vale ressaltou que a carência de infraestrutura é maior na Região Norte, onde a estatal aeroportuária tem buscado

antecipar-se à demanda: segundo a previsão que apresentou, a reforma do aeroporto de Manaus — uma das sedes da Copa de 2014 — suportará o fluxo de passageiros e cargas até 2040. Ele ressaltou que nem todas as obras de aeroportos estarão completas até a Copa, mas, em casos como o de Fortaleza, a parte que estiver pronta até o ano que vem estará capacitada a suportar a demanda extra.

José Antunes Sobrinho, presidente do Conselho de Administração do Consórcio Inframerica — detentor das concessões dos aeroportos de Brasília e de Natal —, declarou que o cronograma das obras será cumprido a tempo para a Copa: apenas na ampliação do terminal de Brasília estão trabalhando 2.800 pessoas. Ele considera que ainda há muito a ser feito, opinando que o setor de aeroportos no Brasil busca recuperar-se da falta de investimento que levou a “duas décadas de atraso” e que o problema vai além dos grandes eventos.

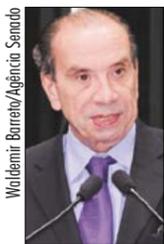
— A Copa do Mundo apenas fez a ignição da chave e o Brasil precisa dos investimentos em aeroportos com Copa ou sem Copa — disse.

### Táxi-aéreo

A falta de espaço em aeroportos e os tributos elevados foram alguns dos alvos de críticas de Fernando Santos, superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (Sneta). Ele lembrou que 80% dos passageiros de táxi-aéreo viajam a trabalho e definiu a atividade de seu setor como “hipercrítica” para a integração nacional e para setores como o de produção de petróleo. Santos lamentou que aeroportos como Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, restrinjam a atuação de táxis-aéreos e aviões executivos:

— O investidor estrangeiro se mostra preocupado pela dificuldade de pousar nos principais aeroportos brasileiros. Estamos sofrendo bastante com a pouca infraestrutura — disse.

### Aloysio critica política econômica do governo após crise de 2008



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou ontem, em Plenário, os cinco anos da quebra do banco americano Lehman Brothers, em 2008, que iniciou a eclosão de uma crise econômica mundial. Desde então, alertou, já são percebidos sinais de recuperação em vários países, mas não no Brasil, devido à má condução da política econômica. Segundo o senador, o governo se acomodou.

— Para o consumidor, inflação; para o empresário, insegurança jurídica e alta taxa de juro; para o produtor rural, ineficiência logística — reclamou, criticando também a retração do PIB no trimestre.

### Mozarildo pede urgência a projetos sobre fronteira norte



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu apoio dos líderes, ontem, a requerimento de urgência que vai apresentar a dois projetos de lei do Senado que tratam da Amazônia. O PLS 380/2012, da Comissão de Relações Exteriores, institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira. O PLS 15/2011, de autoria dele, cria o Programa Fronteira Agrícola Norte.

O senador quer que os projetos entrem na pauta de votações desta semana. Ele explica que os textos instituem um programa permanente para a fronteira norte, que, segundo afirma, ainda não existe.

### Gurgacz cobra ampliação da rede de energia elétrica



Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou do governo a ampliação da infraestrutura de energia elétrica em Rondônia. Ele reconheceu que o Programa Luz para Todos tem expandido o atendimento, mas é insuficiente diante do crescimento da agricultura e da agroindústria, que depende do fornecimento.

Segundo ele, “a população sofre com a falta de energia”, citando como exemplo Porto Velho, onde duas usinas estão em construção, mas 40% da área urbana não tem iluminação pública. Além disso, afirmou, as linhas rurais têm baixa frequência e oscilação, o que prejudica a produção.

## Sarney destaca integração do Amapá a sistema elétrico do país

Na sessão especial que comemorou os 70 anos da criação do território federal do Amapá, ontem, o senador José Sarney (PMDB-AP) saudou a chegada a Macapá da linha de transmissão que permitirá a integração dos estados do Norte ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com cerca de 1.800 quilômetros de extensão, o chamado Linhão de Tucuruí passa por trechos de florestas e atravessa o Rio Amazonas.

Segundo Sarney, o linhão traz a possibilidade de energia abundante para que o estado possa “concretizar o sonho de um polo industrial”. Ele disse que a obra foi feita de forma a causar o menor dano possível ao meio ambiente, por isso o cabeamento passa acima da floresta, preservando-a.

Sarney recordou que a obra resultou de uma grande luta, iniciada quando ele ainda era presidente da República e determinou os primeiros estudos, na Eletronorte, para a ligação do sistema elétrico de Tucuruí com o resto do país.

Também autor do requerimento para a sessão especial, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que, após a criação

do território do Amapá, em 13 de setembro de 1943, começou a exploração de manganês, com a descoberta de uma das maiores jazidas do mundo, a de Serra do Navio.

Randolfe destacou a importância do primeiro governador do então território, Janary Nunes, para a consolidação do Amapá.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, devido às relações de amizade que mantinha com o então presidente Getúlio Vargas, o capitão Janary Nunes conseguiu que ele criasse também os territórios federais do Guaporé (atual Rondônia) e do Rio Branco (atual Roraima).

Renan afirmou que, em 1988, teve orgulho de ser um dos constituintes que aprovaram a elevação do território do Amapá, com os demais territórios federais na Amazônia, à condição de estado.

Segundo ele, o Amapá tem se firmado como “uma terra que enche de orgulho os brasileiros tanto pela importância estratégica para o Brasil de sua geografia e pela importância de sua biodiversidade para as ciências naturais de todo o mundo quanto pelo valor de seu povo”.



Renan (3º à dir.), ao lado de Randolfe e Sarney, na homenagem ao Amapá

## Comissões ouvem presidente da Petrobras e diretora da ANP

A CPI da Espionagem e as Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) ouvem hoje a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, e amanhã a presidente da Petrobras, Graça Foster.

Os senadores questionarão ambas sobre as denúncias de que a agência de segurança nacional dos Estados Unidos teria espionado a Petrobras.

As reuniões ocorrem pouco

mais de um mês antes do leilão para exploração do Campo de Libra, na Bacia de Santos, em 21 de outubro. Esse é um dos principais campos da camada pré-sal, que tem potencial estimado entre 26 bilhões e 42 bilhões de barris de petróleo.

Os senadores querem saber se a lisura do leilão pode ter sido comprometida devido à espionagem, que pode ter beneficiado algum dos concorrentes.



Magda Chambriard, da ANP, e Graça Foster, da Petrobras, falarão no Senado



José Cruz falando no Senado